

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.820.874 - RJ (2019/0170884-8)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE : L M G DE P (MENOR)**  
**RECORRENTE : L G S S R (MENOR)**  
**RECORRENTE : M E G DE P - POR SI E REPRESENTANDO**  
**ADVOGADOS : LUIZ CARLOS FERNANDES JUNIOR - RJ082812**  
**GUSTAVO MACIEL BECKER - RJ081369**  
**FERNANDA DE ALMEIDA PEREIRA - RJ102335**  
**RECORRIDO : MRS LOGÍSTICA S/A**  
**ADVOGADOS : LUIZ CARLOS FERNANDES JUNIOR - RJ082812**  
**GUSTAVO MACIEL BECKER - RJ081369**  
**PAULO SERGIO FERNANDES BARTHOLO - RJ081358**

## EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO INSERIDO NO RESP 1.679.909/RS. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA OU ANALÓGICA. JULGADO DE DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. CABIMENTO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por L.M.G de P. (menor), L.G.S.S.R (menor) e M.E.G. de P., com fulcro nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (e-STJ, fls. 60-61):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DECLÍNIO DA COMPETÊNCIA. VIGÊNCIA DO NOVO CPC. ROL TAXATIVO. NÃO CABIMENTO.

1. A decisão que declina da competência não se amolda às hipóteses taxativamente previstas no art. 1.015 do CPC/2015, tampouco encontra previsão expressa em outro dispositivo legal.

2. Apenas em situações excepcionais, o que não ocorre, em regra, com o declínio da competência, quando potencializar grave lesão ao direito de ação, mostrando-se totalmente inadequada e impeditiva do devido processo legal, com atingimento da realização de provas, ou outra situação comprometedora do contraditório e da ampla defesa, é que será possível mitigar a regra acima. Aí, o princípio maior do direito de ação, de conteúdo constitucional, e representativo de uma garantia fundamental, traçaria a ideia de interpretação conforme, a balizar as regras processuais.

3. Declínio da competência para a Comarca de Juiz de Fora, Minas Gerais, de ofício, considerando que nem a parte autora, nem a ré,

# *Superior Tribunal de Justiça*

possuem domicílio ou sede no Rio de Janeiro.

Fato danoso ocorrido em Minas Gerais. Escolha do lugar da filial, no Rio de Janeiro, que não guarda relação com o fato. Situação que não se enquadra na ideia do rompimento do direito de ação.

4. Decisão interlocutória não agravável que não é atingida pela preclusão. Art. 1.009, § 1º, do CPC.

5. Ausência de pressuposto recursal intrínseco.

6. Recurso que não se conhece, na forma do art. 932, III, do CPC/2015.

Os aclaratórios opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 103-106).

Nas razões do recurso especial, os recorrentes alegam ofensa ao art. 1.015, III, do NCPC. Pontuam a possibilidade de interposição de agravo de instrumento contra de decisão em que se discutiu competência para processar e julgar os feitos. Asseveram que a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 175).

Juízo de admissibilidade positivo (e-STJ, fls. 194-195).

Brevemente relatado, decido.

De início, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Dito isso, a tese defendida pelos recorrentes refere-se à possibilidade de interposição de agravo de instrumento para impugnação de decisão interlocutória que declina da competência.

Ao apreciar o tema, assim se manifestou o Tribunal de origem (e-STJ, fls. 62-65):

O recurso não pode ser conhecido, porquanto a decisão atacada não se amolda em nenhuma das hipóteses taxativamente previstas no art. 1.015 do CPC/2015, tampouco encontra previsão expressa em outro dispositivo legal.

(...)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Apenas em situações excepcionais, onde o declínio de competência potencializar grave lesão ao direito de ação, mostrando-se totalmente inadequada e impeditiva do devido processo legal, com atingimento da realização de provas, ou outra situação comprometedora do contraditório e da ampla defesa, é que será possível mitigar a regra acima. Aí, o princípio maior do direito de ação, de conteúdo constitucional, e representativo de uma garantia fundamental, traçaria a ideia de interpretação conforme, a balizar as regras processuais.

A situação presente não se enquadra na ideia do rompimento do direito de ação.

Do trecho acima mencionado, conclui-se que o Tribunal estadual reconheceu a inadmissibilidade de interposição de agravo de instrumento para impugnação de decisão que declinara da competência relativa.

Nos termos do entendimento consignado no REsp 1.679.909/RS, julgado anteriormente pela Quarta Turma desta Corte Superior, "apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III do art. 1.015 do CPC/2015, já que ambas possuem a mesma ratio -, qual seja, afastar o juízo incompetente para a causa, permitindo que o juízo natural e adequado julgue a demanda".

A propósito, confira-se:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. APLICAÇÃO IMEDIATA DAS NORMAS PROCESSUAIS. TEMPUS REGIT ACTUM. RECURSO CABÍVEL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 1 DO STJ. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA COM FUNDAMENTO NO CPC/1973. DECISÃO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO PELA CORTE DE ORIGEM. DIREITO PROCESSUAL ADQUIRIDO. RECURSO CABÍVEL. NORMA PROCESSUAL DE REGÊNCIA. MARCO DE DEFINIÇÃO. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA OU EXTENSIVA DO INCISO III DO ART. 1.015 DO CPC/2015.

1. É pacífico nesta Corte Superior o entendimento de que as normas de caráter processual têm aplicação imediata aos processos em curso, não podendo ser aplicadas retroativamente (tempus regit actum), tendo o princípio sido positivado no art. 14 do novo CPC, devendo-se respeitar, não obstante, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

2. No que toca ao recurso cabível e à forma de sua interposição, o STJ consolidou o entendimento de que, em regra, a lei regente é aquela vigente à data da publicação da decisão impugnada, ocasião

# *Superior Tribunal de Justiça*

em que o sucumbente tem a ciência da exata compreensão dos fundamentos do provimento jurisdicional que pretende combater. Enunciado Administrativo n. 1 do STJ.

3. No presente caso, os recorrentes opuseram exceção de incompetência com fundamento no Código revogado, tendo o incidente sido resolvido, de forma contrária à pretensão dos autores, já sob a égide do novo Código de Processo Civil, em seguida interposto agravo de instrumento não conhecido pelo Tribunal a quo.

4. A publicação da decisão interlocutória que dirimir a exceptio será o marco de definição da norma processual de regência do recurso a ser interposto, evitando-se, assim, qualquer tipo de tumulto processual.

5. Apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III do art. 1.015 do CPC/2015, já que ambas possuem a mesma ratio -, qual seja, afastar o juízo incompetente para a causa, permitindo que o juízo natural e adequado julgue a demanda.

6. Recurso Especial provido.

(REsp 1679909/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 01/02/2018)

Desse modo, a reforma do aresto recorrido é medida que se impõe para que a Corte originária, observados os demais pressupostos de admissibilidade, conheça e dê regular prosseguimento ao agravo de instrumento no tocante à análise da competência.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para, reformando o acórdão recorrido, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que, observados os demais pressupostos de admissibilidade, conheça e dê regular prosseguimento ao agravo de instrumento interposto pelo ora recorrente, no que diz respeito ao estabelecimento da competência. Prejudicada a análise das demais questões.

Publique-se.

Brasília-DF, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator